

I

SOBRE O QUE HÁ

Algo curioso sobre o problema ontológico é sua simplicidade. Ele pode ser formulado com três monossílabos do português: “O que há?”. Ele pode ser resolvido, além disso, com uma palavra – “Tudo” –, e todos aceitarão essa resposta como verdadeira. No entanto, isso é simplesmente dizer que há o que há. Ainda há espaço para desacordo em cada caso; e, desse modo, a questão permaneceu viva ao longo dos séculos.

Suponhamos que dois filósofos, McX e eu, discordemos a respeito da ontologia. Suponhamos agora que McX sustente haver algo que eu sustente não haver. McX pode, de maneira completamente coerente com seu ponto de vista, caracterizar nossa divergência de opinião dizendo que me recuso a reconhecer certas entidades. Obviamente, eu deveria objetar dizendo que ele está errado na maneira como formula nosso desacordo, pois eu sustento não haver nenhuma entidade do tipo que ele alega para que eu a reconheça; mas considerar que ele está errado na maneira como formula nosso desacordo é irrelevante, pois sou obrigado, de qualquer forma, a considerar sua ontologia incorreta.

Quando *eu*, por outro lado, tento formular nossa divergência de opinião, parece que me coloco em um apuro. Não posso admitir haver coisas que McX sustenta e eu não, pois,

ao admitir haver tais coisas, eu estaria contradizendo minha própria rejeição a elas.

Se esse raciocínio fosse correto, seguir-se-ia que em qualquer disputa ontológica o defensor do lado negativo padece da desvantagem de não poder admitir que seu oponente discorda dele.

Esse é o velho enigma platônico do não ser. O não ser deve, em certo sentido, ser, caso contrário, o que é aquilo que não há? Essa doutrina emaranhada pode ser apelidada de *a barba de Platão*; historicamente, ela se mostrou resistente, fazendo frequentemente a navalha de Ockham¹ perder o corte.

É uma tal linha de pensamento que conduz filósofos como McX a atribuir ser, ali onde, em vez disso, eles deveriam se contentar em reconhecer que não há nada. Considere-se, pois, Pégaso. Se não *houvesse* Pégaso, argumenta McX, não estaríamos falando de nada quando usamos essa palavra; portanto, seria um contrassenso até mesmo dizer que não há Pégaso. Acreditando ter mostrado, com isso, que a negação de Pégaso não pode coerentemente ser mantida, ele conclui que Pégaso é.

McX não pode, na verdade, persuadir-se completamente de que alguma região do espaço-tempo, próxima ou distante, contém um cavalo alado de carne e osso. Pressionado a dar mais detalhes sobre Pégaso, ele diz, então, que Pégaso é uma ideia nas mentes dos homens. Aqui, no entanto, uma confusão começa a ficar evidente. Podemos, para manter o

¹ A Navalha de Occam, ou Navalha de Ockham, é um princípio lógico atribuído ao lógico e frade franciscano inglês William de Ockham (século XIV). O princípio afirma que a explicação para qualquer fenômeno deve assumir apenas as premissas estritamente necessárias à explicação deste e eliminar todas as que não causariam nenhuma diferença aparente nas predições da hipótese ou teoria.

argumento, conceder que há uma entidade, e inclusive que há uma única entidade (embora isso seja bem pouco plausível), que seria a ideia-Pégaso mental; mas não é dessa entidade mental que se está falando quando se nega Pégaso.

McX nunca confunde o Partenon com a ideia-Partenon. O Partenon é físico; a ideia-Partenon é mental (ao menos segundo a versão de McX acerca das ideias, e não tenho nenhuma melhor para oferecer). O Partenon é visível; a ideia-Partenon é invisível. Seria difícil imaginar duas coisas mais diferentes e menos propensas à confusão do que o Partenon e a ideia-Partenon. Mas, quando passamos do Partenon para Pégaso, a confusão se instala — pela simples razão de que McX seria iludido pela falsificação mais grosseira e mais evidente antes de admitir o não ser de Pégaso.

A ideia de que Pégaso deve ser, porque do contrário seria até mesmo um contrassenso dizer que Pégaso não é, levou McX, como vimos, a uma confusão elementar. Mentes mais perspicazes, partindo do mesmo ponto, apresentam teorias sobre Pégaso cujos defeitos são menos patentes que os de McX e que são, proporcionalmente, mais difíceis de erradicar. Uma dessas mentes mais perspicazes chama-se, digamos, sr. Y.² Pégaso, afirma o sr. Y, tem ser enquanto possível não realizado. Quando dizemos que não há algo que seja Pégaso, estamos dizendo, mais precisamente, que Pégaso não possui o atributo específico da atualidade. Dizer que Pégaso não é atual equivale logicamente a dizer que o Partenon não é

² O nome que Quine dá a essa "mente mais perspicaz" é "Wyman", formado pela junção de "Wy", cuja pronúncia é idêntica à pronúncia da letra "y" em inglês, e "man", que, sabe-se, significa homem. Por essa razão e a fim de manter o paralelismo com o nome da outra personagem, McX, optou-se por "sr. Y" para traduzir "Wyman". (N. T.)

vermelho; em ambos os casos, estamos dizendo algo sobre uma entidade cujo ser não se questiona.

O sr. Y, aliás, é um desses filósofos que se uniram para destruir a boa e velha palavra “existir”. Apesar de sua adesão a possíveis não realizados, ele limita a palavra “existência” à realidade, preservando, assim, uma aparência de acordo ontológico entre ele e nós, que repudiamos o resto de seu universo hipertrofiado. Todos nós sempre tendemos a dizer, em nosso uso de “existir” conforme o senso comum, que Pégaso não existe, querendo dizer que não há, de forma alguma, essa entidade. Se Pégaso existisse, estaria, de fato, no espaço e no tempo, mas apenas porque a palavra “Pégaso” tem conotações espaço-temporais, e não porque “existe” tem conotações espaço-temporais. Se, quando afirmamos a existência da raiz cúbica de 27, falta a referência espaço-temporal, isso se deve simplesmente ao fato de que a raiz cúbica não é um tipo de coisa espaço-temporal, e não porque nosso uso de “existir” seja ambíguo.³ No entanto, o sr. Y, em um esforço mal-intencionado para parecer agradável, concede-nos cordialmente a não existência de Pégaso e, então, contrariamente ao que nós queríamos dizer por não existência de Pégaso, insiste que Pégaso é. Existência é uma coisa, diz ele, e subsistência é outra. A única maneira de lidar com esse emaranhado de

³ A tendência a distinguir terminologicamente entre existência como algo aplicado a objetos atualizados em algum ponto do espaço-tempo e existência (ou subsistência ou ser) como algo aplicado a outras entidades surge em parte, talvez, da ideia de que a observação da natureza seja relevante apenas para questões de existência do primeiro tipo. Mas essa ideia é prontamente refutada por contraexemplos como “a razão entre o número de centauros e o número de unicórnios”. Se houvesse tal razão, ela seria uma entidade abstrata, a saber, um número. Entretanto, é apenas investigando a natureza que concluímos que o número de centauros e o número de unicórnios é 0 e que, portanto, não há tal razão.

problemas é *entregar* a palavra “existir” ao sr. Y. Tentarei não usá-la novamente; ainda tenho “há” e “é”. Basta de lexicografia; voltemos à ontologia do sr. Y.

O universo superpopuloso do sr. Y é, em muitos sentidos, desagradável. Ele ofende o senso estético dos que, como nós, apreciam paisagens desertas; mas isso não é o pior. O cortiço de possíveis do sr. Y é um local fértil para elementos que causam desordem. Considere, por exemplo, o homem gordo possível diante daquela porta; e agora o homem calvo possível diante daquela porta. São eles o mesmo homem possível ou dois homens possíveis? Como decidimos? Quantos homens possíveis há diante daquela porta? Há mais magros possíveis do que gordos possíveis? Quantos deles são semelhantes? Ou sua semelhança os torna um único? Não há *duas* coisas possíveis semelhantes? Isso é o mesmo que dizer que é impossível que duas coisas sejam semelhantes? Ou, finalmente, o conceito de identidade é simplesmente inaplicável a possíveis não realizados? Mas que sentido pode haver em falar de entidades que não podem significativamente ser ditas idênticas a si mesmas e distintas umas das outras? Esses elementos são quase incorrigíveis. Por meio de uma terapia fregiana de conceitos individuais,⁴ um esforço de reabilitação poderia ser feito; mas pressinto que o melhor seria limpar o cortiço do sr. Y e deixá-lo.

A possibilidade, ao lado de outras modalidades como a necessidade, a impossibilidade e a contingência, levantam problemas aos quais não quero sugerir que devêssemos dar as costas. Mas podemos ao menos restringir as modalidades a enunciados tomados como um todo. Podemos vincular o advérbio “possivelmente” a um enunciado como um todo,

⁴ Ver a seguir, p.212.

e também podemos nos preocupar com a análise semântica dessa utilização; mas, ao expandirmos nosso universo a fim de incluir as chamadas *entidades positivas*, é de se esperar pouco avanço efetivo nessa análise. Suspeito que o principal motivo dessa expansão seja apenas a antiga ideia de que Pégaso, por exemplo, deve ser, pois, do contrário, seria um contrassenso dizer até mesmo que não é.

Ainda mais, todo o luxo exuberante do universo de possíveis do sr. Y parece se reduzir a nada se fizermos uma pequena modificação no exemplo e falarmos não de Pégaso, mas da cúpula redonda quadrada do Berkeley College. Se, a menos que Pégaso fosse, seria um contrassenso dizer que Pégaso não é, então, pelo mesmo motivo, seria um contrassenso dizer que a cúpula redonda quadrada do Berkeley College não é, a menos que ela fosse. Mas, diferentemente de Pégaso, a cúpula redonda quadrada do Berkeley College não pode ser admitida nem mesmo como um *possível* não realizado. Podemos agora levar o sr. Y a admitir também um reino de possíveis não realizados? Se sim, um bom número de questões embaraçosas poderia ser levantado sobre eles. Poderíamos até mesmo esperar que o sr. Y caísse em contradições, levando-o a admitir que algumas dessas entidades são, ao mesmo tempo, redondas e quadradas. Mas o esperto sr. Y escolhe o outro lado do dilema e concede que é um contrassenso dizer que a cúpula redonda quadrada do Berkeley College não é. Ele diz que a expressão "cúpula redonda quadrada" não tem sentido.

O sr. Y não foi o primeiro a adotar essa alternativa. A doutrina da falta de sentido das contradições é antiga. A tradição sobrevive, além disso, em autores que parecem não compartilhar nenhuma das motivações do sr. Y. Ainda assim, imagino se a primeira tentativa para adotar tal doutrina não pode ter sido substancialmente a motivação que observamos

no sr. Y. Certamente, a doutrina não tem nenhum apelo intrínseco, e levou seus devotos a extremos tão quixotescos quanto o de contestar o método de prova por *reductio ad absurdum* – contestação essa em que pressinto uma *reductio ad absurdum* da própria doutrina.

Além disso, a doutrina da falta de sentido das contradições tem a séria desvantagem metodológica que torna impossível, em princípio, até mesmo determinar um teste efetivo do que é significativo e do que não é. Nunca seria possível para nós determinar formas sistemáticas de decidir se uma cadeia de sinais faz sentido – inclusive para nós individualmente, sem mencionar outras pessoas – ou não. Isso porque decorre de uma descoberta de Church (1936), de que não pode haver um teste de contraditoriedade universalmente aplicável.

Falei depreciativamente da barba de Platão e insinuei que ela é emaranhada. Tratei longamente dos inconvenientes de sustentá-la. É hora de pensar em seguir adiante.

Russell, em sua teoria das chamadas descrições singulares, mostrou claramente como podemos empregar de modo significativo nomes aparentes sem presumir que há entidades supostamente nomeadas. Os nomes aos quais a teoria de Russell diretamente se aplica são nomes descritivos complexos, como “o autor de *Waverley*”, “o atual rei da França”, “a cúpula redonda quadrada do Berkeley College”. Russell analisa sistematicamente essas expressões como fragmentos de sentenças inteiras nas quais eles ocorrem. A sentença “O autor de *Waverley* era poeta”, por exemplo, é explicada como um todo que significa “Alguém (ou melhor, algo) escreveu *Waverley* e era um poeta, e nada mais escreveu *Waverley*”. (O objetivo dessa oração adicional é afirmar a unicidade que está implícita na palavra “o” em “o autor de *Waverley*”). A sentença “A cúpula redonda quadrada do Berkeley College é

rosa” é explicada como “Algo é redondo e quadrado e é uma cúpula do Berkeley College e é rosa, e nada mais é redondo e quadrado e é uma cúpula do Berkeley College”.⁵

A virtude dessa análise é que o nome aparente, uma expressão descritiva, é parafraseado *no contexto* por aquilo que é chamado de símbolo incompleto. Nenhuma expressão unificada é apresentada como uma análise da expressão descritiva, mas o enunciado como um todo, que era o contexto dessa expressão, ainda mantém sua cota integral de significado, seja ele verdadeiro ou falso.

O enunciado não analisado “O autor de *Waverley* foi um poeta” contém uma parte, “o autor de *Waverley*”, que McX e o sr. Y supõem incorretamente requerer referência objetiva para ser significativo. Mas, na tradução de Russell, “Algo escreveu *Waverley* e foi um poeta e nada mais escreveu *Waverley*”, o fardo da referência objetiva, que havia sido posto sobre a expressão descritiva, é agora assumido pelas palavras da espécie que os lógicos chamam de variáveis ligadas, variáveis de quantificação, isto é, palavras como “algo”, “nada”, “tudo”. Essas palavras, longe de pretenderem ser nomes especificamente do autor de *Waverley*, não pretendem de maneira alguma ser nomes; elas se referem a entidades em geral, com um tipo de ambiguidade calculada que lhes é peculiar.⁶ Essas palavras quantitativas ou variáveis ligadas são, obviamente, uma parte básica da linguagem, e sua significatividade, ao menos no contexto, não deve ser contestada. Mas sua significatividade de forma alguma pressupõe haver ou o autor de *Waverley*, ou a cúpula redonda quadrada do Berkeley College, ou quaisquer outros objetos predeterminados.

⁵ Para mais sobre a teoria das descrições, ver adiante, p.123 et seq., 231 et seq.

⁶ Para um tratamento explícito das variáveis ligadas, ver adiante, p.119-20, 145 et seq.

No que concerne às descrições, já não há nenhuma dificuldade em afirmar ou negar ser. “O autor de *Waverley* é” é explicado por Russell como significando “Alguém (ou, mais especificamente, algo) escreveu *Waverley* e nada mais escreveu *Waverley*”. “O autor de *Waverley* não é” é explicado, de forma correspondente, como a disjunção “Ou cada coisa não escreveu *Waverley* ou duas ou mais coisas escreveram *Waverley*”. Essa disjunção é falsa, mas significativa; e não contém nenhuma expressão que pretenda nomear o autor de *Waverley*. O enunciado “A cúpula redonda quadrada do Berkeley College não é” é analisado de modo similar. Desse modo, a antiga ideia de que os enunciados sobre o não ser se autodestroem se esvai. Quando um enunciado sobre o ser ou o não ser é analisado segundo a teoria das descrições de Russell, ele deixa de conter qualquer expressão que pretenda até mesmo nomear a suposta entidade cujo ser está em questão, de modo que já não se pode considerar que a significatividade do enunciado pressuponha haver tal entidade.

E quanto a “Pégaso”? Sendo antes uma palavra do que uma expressão descritiva, o argumento de Russell não se aplica imediatamente a ela. No entanto, pode-se facilmente fazer que se aplique. Temos apenas de reescrever “Pégaso” como uma descrição, de qualquer forma que pareça expor nossa ideia adequadamente; digamos, “o cavalo alado que foi capturado por Belerofonte”. Colocando essa expressão no lugar de “Pégaso”, podemos, então, fazer uma análise do enunciado “Pégaso é” ou “Pégaso não é” exatamente análoga à análise que Russell faz de “O autor de *Waverley* é” e “O autor de *Waverley* não é”.

Para subsumir, portanto, um nome composto de uma só palavra, um suposto nome, como “Pégaso”, sob a teoria das descrições de Russell, devemos, obviamente, primeiro ser capazes de traduzir a palavra em uma descrição. Mas essa não é uma restrição efetiva. Se a ideia de “Pégaso” fosse tão

obscura ou tão simples de modo que nenhuma tradução apropriada, segundo os procedimentos conhecidos, tivesse se apresentado em termos de uma expressão descritiva, ainda assim poderíamos nos valer do seguinte truque artificial e aparentemente trivial: poderíamos recorrer ao atributo *ex hypothesi* não analisável e irreduzível de *ser Pégaso*, adotando o verbo “é-Pégaso” ou “pegaseia” para exprimi-lo. O nome “Pégaso”, ele próprio, poderia ser tratado como derivado e identificado, em último caso, com uma descrição: “a coisa que é-Pégaso”, “a coisa que pegaseia”.⁷

Se a importação de um predicado como “pegaseia” parece nos comprometer com o reconhecimento de que há um atributo correspondente, *pegasear*, no céu de Platão ou na mente dos homens, muito bem. Nem nós nem o sr. Y ou McX discutimos, até agora, a respeito do ser ou do não ser dos universais, mas, antes, a respeito do ser ou do não ser de Pégaso. Se, em termos de *pegasear*, podemos interpretar o nome “Pégaso” como uma descrição sujeita à teoria das descrições de Russell, então teremos abandonado a velha ideia de que não se pode dizer que Pégaso não é, sem pressupor que Pégaso, em algum sentido, é.

Nosso argumento agora é bastante geral. McX e o sr. Y supunham que nós não podíamos afirmar significativamente um enunciado da forma “Tal e tal não é”, com um substantivo singular simples ou descritivo no lugar de “tal e tal”, a menos que tal e tal fosse. Vemos agora que essa suposição é no geral completamente infundada, já que o substantivo singular em questão pode sempre ser expandido em uma descrição singular, trivialmente ou não, e então analisado *à la* Russell.

⁷ Para mais observações sobre essa assimilação de todos os termos singulares a descrições, ver adiante, p.232-3; também Quine (1950, p.218-24).

Nós nos comprometemos com uma ontologia que contém números quando dizemos que há números primos maiores que um milhão; nós nos comprometemos com uma ontologia que contém centauros quando dizemos que há centauros; nós nos comprometemos com uma ontologia que contém Pégaso quando dizemos que Pégaso é. Mas nós não nos comprometemos com uma ontologia que contém Pégaso, o autor de *Waverley* ou a cúpula redonda quadrada do Berkeley College, quando dizemos que Pégaso *não* é, o autor de *Waverley não* é ou a cúpula redonda quadrada do Berkeley College *não* é. Nós não precisamos mais trabalhar sob a ilusão de que a significatividade de um enunciado que contém um termo singular pressupõe uma entidade nomeada pelo termo.

Um termo singular não precisa nomear para ser significativo. Uma suspeita a esse respeito poderia ter ocorrido ao sr. Y e a McX, mesmo sem o auxílio de Russell, se eles tivessem percebido — como poucos de nós percebem — que há um abismo entre *significar* e *nomear*, mesmo no caso de um termo singular que é genuinamente um nome de um objeto. O seguinte exemplo de Frege (1893) será suficiente. A expressão “estrela da tarde” nomeia certo objeto físico grande e de forma esférica, que vaga pelo espaço a alguns milhões de quilômetros daqui. A expressão “estrela da manhã” nomeia a mesma coisa, como constatou, provavelmente pela primeira vez, um observador babilônico. Mas não se pode considerar que as duas expressões tenham o mesmo significado; do contrário, aquele babilônico poderia ter abandonado suas observações e se contentado em refletir sobre o significado de suas palavras. Os significados, então, sendo diferentes um do outro, têm de ser distintos do objeto nomeado, que é uma e a mesma coisa em ambos os casos. A confusão entre significar e nomear não apenas fez McX acreditar que ele não poderia rejeitar significativamente Pégaso; a persistência de

uma confusão entre significar e nomear sem dúvida ajudou a engendrar sua concepção absurda de que Pégaso é uma ideia, uma entidade mental. A estrutura de sua confusão é a seguinte. Ele confundiu o suposto *objeto-nomeado* Pégaso com o *significado* da palavra "Pégaso", concluindo, portanto, que Pégaso deve ser para que a palavra tenha significado. Mas que tipo de coisas são os significados? Esse é um ponto controverso; no entanto, pode-se, de maneira bastante plausível, explicar os significados como ideias na mente, supondo que se possa esclarecer, por sua vez, a ideia de ideias na mente. Portanto, Pégaso, que fora inicialmente confundido com um significado, acaba como uma ideia na mente. O mais notável é o fato de que o sr. Y, sujeito à mesma motivação inicial que McX, deveria ter evitado essa bobagem específica e, em vez disso, acaba com possíveis não realizados.

Voltemo-nos agora ao problema ontológico dos universais: à questão de saber se há entidades como atributos, relações, classes, números, funções. McX, de maneira bastante característica, acredita que há. Falando de atributos, ele diz: "Há casas vermelhas, rosas vermelhas, pores do sol vermelhos; isso tudo é senso comum pré-filosófico, com o qual todos nós devemos concordar. Essas casas, rosas e pores do sol têm, pois, algo em comum; e isso que eles têm em comum é tudo o que quero dizer com o atributo da vermelhidão". Para McX, portanto, haver atributos é ainda mais óbvio e trivial do que o fato óbvio e trivial de haver casas, rosas e pores do sol vermelhos. Isso, penso eu, é característico da metafísica, ou ao menos daquela parte da metafísica chamada ontologia: quem considera um enunciado sobre esse assunto verdadeiro absolutamente deve considerá-lo trivialmente verdadeiro. A ontologia de cada um está na base do esquema conceitual por meio do qual ele interpreta todas as experiências, inclusive as mais banais. Julgado no interior de algum esquema conceitual

particular – e de que outro modo um juízo é possível? – um enunciado ontológico é evidente por si mesmo, não precisando absolutamente de nenhuma justificação adicional. Enunciados ontológicos seguem-se imediatamente de todo tipo de enunciados casuais sobre fatos banais, assim como – ao menos do ponto de vista do esquema conceitual de McX – “Há um atributo” decorre de “Há casas vermelhas, rosas vermelhas e pores do sol vermelhos”.

Julgado em outro esquema conceitual, um enunciado ontológico, que tem valor de axioma para a forma de pensar de McX, pode, de maneira igualmente imediata e trivial, ser julgado falso. Pode-se admitir que haja casas, rosas e pores do sol vermelhos, mas negar, exceto falando de uma maneira vulgar e equivocada, que eles têm algo em comum. As palavras “casas”, “rosas” e “pores do sol” são verdadeiras a respeito de diversas entidades individuais que são casas, rosas e pores do sol, e as palavras “vermelho” ou “é vermelho” são verdadeiras sobre cada uma das diversas entidades individuais que são casas vermelhas, rosas vermelhas, pores do sol vermelhos; mas não há, além disso, nenhuma entidade, individual ou não, nomeada pela palavra “vermelhidão”, nem, do mesmo modo, pela palavra “casidade”, “rosidade”, “pôr do solidade”. O fato de que as casas, as rosas e os pores do sol sejam todos vermelhos pode ser considerado algo fundamental e irredutível, e pode-se sustentar que McX não ganha nada, no que diz respeito ao poder explicativo efetivo, com todas as entidades ocultas que ele postula sob nomes como “vermelhidão”.

Uma das maneiras pelas quais McX poderia ter tentado nos impor sua ontologia dos universais já fora excluída antes de nos voltarmos ao problema dos universais. McX não pode argumentar que predicados como “vermelho” ou “é vermelho”, que todos concordamos em utilizar, devem ser vistos como nomes, cada um sendo nome de uma única entidade

universal, para serem significativos de algum modo. Pois vimos que ser um nome de algo é uma característica muito mais específica do que a característica de ser significativo. Ele não pode sequer nos acusar — ao menos não com *este* argumento — de termos postulado um atributo de pegasear ao adotarmos o predicado “pegaseia”.

No entanto, McX descobre um estratagema diferente. “Aceitemos”, diz ele, “essa distinção entre significar e nomear que você tanto preza. Aceitemos inclusive que ‘é vermelho’, ‘pegaseia’ etc., não sejam nomes de atributos. Ainda assim, você admite que eles têm significados. Mas esses *significados*, sejam eles *nomeados* ou não, são, ainda assim, universais, e ousa dizer que alguns deles podem inclusive ser as próprias coisas que eu chamo de atributos, ou algo que, no final, têm o mesmo propósito”.

Para McX, esse é um discurso extraordinariamente convincente, e a única maneira que conheço de me contrapor a ele é me recusando a aceitar significados. No entanto, não sinto nenhuma relutância em me recusar a aceitar significados, pois, com isso, não nego que palavras e enunciados sejam significativos. McX e eu podemos concordar literalmente em nossa classificação das formas linguísticas em significativas e sem significado, mesmo que McX conceba a significatividade como *possuir* (em algum sentido de “possuir”) alguma entidade abstrata que ele chama de significado, enquanto eu não. Continuo livre para sustentar que o fato de uma dada enunciação linguística ser significativa [*meaningful*] (ou *significante* [*significant*], como prefiro dizer, de modo a não possibilitar a hipóstase de significados como entidade) é um fato fundamental e irreduzível, ou posso tentar analisá-lo diretamente em termos do que as pessoas fazem na presença da enunciação linguística em questão e de outras enunciações similares a ela.

As maneiras proveitosas por meio das quais as pessoas comumente falam ou parecem falar sobre significados reduzem-se a duas: a *posse* de significados, que é a significância, e a *identidade* de significado, ou sinonímia. O que é chamado de *dar* o significado de uma enunciação não é mais do que enunciar um sinônimo, comumente formulado em linguagem mais clara que a original. Se formos alérgicos aos significados como tais, podemos falar diretamente de enunciações como significantes ou não significantes, e como sinônimas e heterônimas uma em relação à outra. O problema de explicar os adjetivos “significante” e “sinônimo” com algum grau de clareza e rigor – preferencialmente, do meu ponto de vista, em termos de comportamento – é tão difícil quanto importante.⁸ Mas o valor explicativo de entidades intermediárias específicas e irreduzíveis, chamadas de significados, é certamente ilusório.

Até agora argumentei que podemos usar termos singulares significativamente em sentenças, sem pressupor que haja as entidades que esses termos pretendem nomear. Argumentei, além disso, que podemos usar termos gerais, por exemplo, predicados, sem aceitar que eles são nomes de entidades abstratas. Argumentei, igualmente, como podemos encarar enunciações linguísticas como significantes, e sinônimas ou heterônimas uma em relação à outra, sem favorecer um reino de entidades chamadas significados. Neste ponto, McX começa a ponderar se há algum limite para nossa imunidade ontológica. *Nada* do que podemos dizer nos compromete com a suposição de universais ou de outras entidades que possamos julgar indesejáveis?

⁸ Ver os ensaios II e III.

Já sugeri uma resposta negativa a essa questão, ao falar de variáveis ligadas, ou variáveis de quantificação, com a teoria das descrições de Russell. Podemos facilmente nos envolver em compromissos ontológicos dizendo, por exemplo, que *há algo* (variável ligada) que casas e pores do sol vermelhos têm em comum; ou que *há algo* que é um número primo maior do que um milhão. Mas isso é, essencialmente, a única maneira de nos envolvermos em compromissos ontológicos: por nosso uso de variáveis ligadas. O uso de nomes supostos não é critério, pois podemos recusar sua nominalidade [*namehood*] em um piscar de olhos, a não ser que a suposição de uma entidade correspondente possa ser descoberta nas coisas que afirmamos em termos de variáveis ligadas. Nomes são, de fato, totalmente irrelevantes para o problema ontológico, pois mostrei que, assim como “Pégaso” e “pegasear”, nomes podem ser convertidos em descrições, e Russell mostrou que descrições podem ser eliminadas. O que quer que digamos com a ajuda de nomes pode ser dito em uma linguagem que evita nomes completamente. Supor algo como uma entidade é, pura e simplesmente, supô-lo como o valor de uma variável. Nos termos das categorias da gramática tradicional, isso equivale aproximadamente a dizer que ser é estar no domínio de referência de um pronome. Pronomes são os meios básicos de referência; os substantivos, melhor seria chamá-los de propronomes. As variáveis de quantificação, “algo”, “nada”, “tudo”, perpassam toda nossa ontologia, qualquer que seja ela; e estamos presos a uma pressuposição ontológica particular se, e apenas se, o objeto presumido da pressuposição tiver de ser reconhecido entre as entidades que nossas variáveis percorrem para tornar uma de nossas afirmações verdadeiras.

Podemos dizer, por exemplo, que alguns cachorros são brancos sem, com isso, nos comprometermos com o

reconhecimento, seja da canidade, seja da brancura, como entidades. “Alguns cachorros são brancos” diz que algumas coisas que são cachorros são brancas; e, para que esse enunciado seja verdadeiro, as coisas que a variável ligada “algo” percorre devem incluir alguns cães brancos, mas não precisa incluir canidade ou brancura. Por outro lado, quando dizemos que algumas espécies zoológicas são caracterizadas pela fecundação cruzada, estamos nos comprometendo a reconhecer como entidades as diversas espécies, elas próprias, por mais abstratas que sejam. Permanecemos, desse modo, comprometidos, ao menos até inventar uma maneira de parafrasear o enunciado, de modo a mostrar que a aparente referência a espécies por parte de nossa variável ligada era uma maneira de falar que pode ser evitada.⁹

A Matemática clássica, como ilustra claramente o exemplo dos primos maiores que um milhão, está envolvida até o pescoço em compromissos relativos a uma ontologia de entidades abstratas. É desse modo que a enorme controvérsia medieval acerca dos universais reacendeu na filosofia da Matemática moderna. A questão está mais clara agora do que antes, pois atualmente dispomos de um critério mais explícito que permite decidir com qual ontologia uma dada teoria ou forma de discurso está comprometida: uma teoria está comprometida com aquelas, e somente aquelas, entidades a que as variáveis ligadas da teoria devem ser capazes de se referir para que as afirmações feitas na teoria sejam verdadeiras.

Como esse critério de pressuposição ontológica não apareceu claramente na tradição filosófica, os modernos filósofos da Matemática modernos em conjunto, não perceberam que estavam debatendo o mesmo e velho problema dos

⁹ Para mais sobre isso, ver o Ensaio VI.

universais, clarificando-o de maneira nova. Mas as diferenças fundamentais entre os pontos de vista modernos sobre os fundamentos da Matemática reduzem-se de modo bastante explícito a divergências acerca dos domínios de entidades a que as variáveis ligadas deveriam poder se referir.

Os três principais pontos de vista medievais acerca dos universais são designados pelos historiadores como *realismo*, *conceitualismo* e *nominalismo*. Essencialmente, essas mesmas três doutrinas reaparecem nos compêndios de Filosofia da Matemática do século XX sob os nomes de *logicismo*, *intuicionismo* e *formalismo*.

O *realismo*, tal como a palavra é usada no contexto da controvérsia medieval sobre os universais, é uma doutrina platônica segundo a qual universais ou entidades abstratas possuem ser, independentemente da mente; a mente pode descobri-los, mas não pode criá-los. O *logicismo*, representado por Frege, Russell, Whitehead, Church e Carnap, tolera o uso de variáveis ligadas para fazer referência a entidades abstratas conhecidas ou desconhecidas, especificáveis ou não, indiscriminadamente.

O *conceitualismo* sustenta que há universais, mas que eles são produtos da mente. O *intuicionismo*, adotado nos tempos modernos em uma forma ou outra por Poincaré, Brouwer, Weyl e outros, defende o uso de variáveis ligadas para fazer referência a entidades abstratas apenas quando essas entidades podem ser forjadas individualmente com base em ingredientes especificados de antemão. Como colocou Fraenkel, o logicismo sustenta que as classes são descobertas, enquanto o intuicionismo sustenta que elas são inventadas — um veredicto justo, com efeito, acerca da oposição entre realismo e conceitualismo. Essa oposição não é mero jogo de palavras; ela indica uma diferença essencial no que diz respeito à parte da Matemática clássica que cada um está disposto a aceitar.

Logicistas ou realistas podem, com base em suas suposições, chegar às ordens ascendentes de infinito de Cantor; os intuicionistas são obrigados a parar na ordem de infinito mais baixa e, como consequência indireta, a abandonar inclusive algumas das leis clássicas dos números reais.¹⁰ A controvérsia moderna entre logicismo e intuicionismo surgiu, de fato, da divergência acerca do infinito.

O *formalismo*, associado ao nome de Hilbert, ecoa o intuicionismo ao lamentar o recurso desenfreado do logicista a universais. Mas o formalismo também considera o intuicionismo insatisfatório. Isso poderia ocorrer por uma entre duas razões opostas. O formalista poderia, como o logicista, contestar a mutilação da Matemática clássica; ou, como os *nominalistas* de antigamente, poderia contestar a admissão de quaisquer entidades abstratas, até mesmo no sentido restrito de entidades produzidas pela mente. O resultado é o mesmo: o formalista mantém a Matemática clássica como um jogo de notações não significantes. Esse jogo de notações ainda pode ter utilidade – qualquer que seja a utilidade que ele já mostrou ter como muleta para físicos e tecnólogos. Mas utilidade não precisa implicar significância, em nenhum sentido linguístico literal. Nem o sucesso notável dos matemáticos em produzir longamente teoremas e encontrar bases objetivas para um acordo com o resultado de outros implica significância. Isso porque uma base adequada para o acordo entre os matemáticos pode ser encontrada simplesmente nas regras que governam a manipulação das notações – sendo essas regras sintáticas, diferentemente das próprias notações, completamente significantes e inteligíveis.¹¹

¹⁰ Ver p.175 et seq.

¹¹ Ver Goodman e Quine. Para uma discussão suplementar das questões gerais tratadas nas últimas duas páginas, ver Bernays (1935-36), Fraenkel, Black.

Eu argumentei que o tipo de ontologia adotado por nós pode ser consequente – notadamente no que diz respeito à Matemática, embora esse seja apenas um exemplo. Ora, como decidir entre ontologias rivais? Certamente, a resposta não é dada pela fórmula “ser é ser o valor de uma variável”. Essa fórmula serve, antes, para testar a conformidade de uma dada afirmação ou doutrina a um padrão ontológico anterior. Olhamos para variáveis ligadas em sua vinculação com a ontologia não para saber o que há, mas para saber o que uma dada observação ou doutrina, nossa ou de outro, *diz* que há; e esse é propriamente um problema que diz respeito à linguagem. Mas o que há é outra questão.

Ao discutir acerca do que há, ainda existem razões para trabalhar em um plano semântico. Uma razão é escapar do embaraço apontado no início deste ensaio: o embaraço de não poder admitir que há coisas que McX sustenta e eu não. Enquanto estiver preso à minha ontologia, como ontologia oposta à de McX, não posso permitir que minhas variáveis ligadas façam referência a entidades que pertencem à ontologia de McX e não à minha. Posso, porém, descrever coerentemente nossa divergência, caracterizando os enunciados que McX afirma. Desde que minha ontologia admita formas linguísticas ou, ao menos, inscrições e enunciações concretas, posso falar sobre as sentenças de McX.

Outra razão para se limitar a um plano semântico é encontrar um terreno comum para argumentar. A divergência quanto à ontologia envolve a divergência básica quanto ao esquema conceitual; no entanto, McX e eu, apesar de divergências básicas, acreditamos que nossos esquemas conceituais convergem o suficiente em suas ramificações superiores e intermediárias para permitir que nos comuniquemos com sucesso sobre assuntos como política, tempo, e, em particular, linguagem. Na medida em que nossa divergência básica acerca da

ontologia puder ser traduzida em uma controvérsia sobre palavras e o que fazer com elas, a ruína da controvérsia quanto à petição de princípios poderá ser adiada.

Não é de admirar, pois, que a controvérsia ontológica levasse a uma controvérsia sobre linguagem. Mas não devemos saltar para a conclusão de que o que há depende de palavras. A traduzibilidade de uma questão em termos semânticos não é uma prova de que a questão é linguística. “Ver Nápoles” é carregar um nome que, quando prefixado às palavras “ver Nápoles”, produz uma sentença verdadeira; ainda assim, não há nada de linguístico em ver Nápoles.

Nossa aceitação de uma ontologia é, penso eu, semelhante em princípio à nossa aceitação de uma teoria científica, por exemplo, de um sistema de Física: adotamos, ao menos se formos razoáveis, o esquema conceitual mais simples, no qual os fragmentos desordenados da experiência bruta podem ser encaixados e organizados. Nossa ontologia é determinada uma vez que fixamos o esquema conceitual global que pode acomodar a ciência no sentido mais amplo, e as considerações que determinam uma construção razoável de qualquer parte desse esquema conceitual; por exemplo, a parte biológica ou a parte física não são de um tipo diferente das considerações que determinam uma construção razoável do todo. Na mesma medida em que a adoção de qualquer sistema de teoria científica pode ser tida como uma questão de linguagem, o mesmo – mas não mais – pode ser dito da adoção de uma ontologia.

Mas a simplicidade, como princípio orientador na construção de esquemas conceituais, não é uma noção clara e livre de ambiguidade, e é perfeitamente capaz de apresentar um padrão duplo ou múltiplo. Imagine, por exemplo, que tenhamos estabelecido o conjunto mais econômico de conceitos adequados para o relato ponto a ponto da experiência

imediate. As entidades no interior desse esquema – os valores de variáveis ligadas – são, suponhamos, eventos subjetivos individuais da sensação ou da reflexão. Ainda assim, acharíamos, sem dúvida nenhuma, que um esquema conceitual fisicalista, que pretende falar de objetos exteriores, oferece grandes vantagens ao simplificar nossos relatos globais. Agrupando os eventos sensíveis dispersos e tratando-os como percepções de um objeto, reduzimos a complexidade de nosso fluxo da experiência a uma simplicidade conceitual controlável. A regra da simplicidade é, na verdade, nossa máxima orientadora na atribuição de dados sensíveis a objetos: associamos uma sensação anterior de redondo e uma sensação posterior de redondo à mesma suposta moeda, ou a duas supostas moedas diferentes, obedecendo às exigências de máxima simplicidade em nossa imagem global do mundo.

Nós temos aqui dois esquemas conceituais concorrentes, um fenomenalista e um fisicalista. Qual deles deve prevalecer? Cada um tem suas vantagens; cada um tem, a seu modo, sua simplicidade específica. Cada um, proponho, merece ser desenvolvido. Cada um pode ser tido, de fato, como o mais fundamental, embora em sentidos diferentes: um, epistemologicamente fundamental; outro, fisicamente fundamental.

O esquema conceitual físico simplifica nossa apreensão da experiência em virtude da maneira como inúmeros eventos sensíveis dispersos vêm a ser associados a assim chamados objetos individuais; além disso, não é nem um pouco verossímil que cada sentença sobre objetos físicos possa ser realmente traduzida, mesmo que de modo tortuoso e complexo, na linguagem fenomenalista. Objetos físicos são entidades postuladas que uniformizam e simplificam nossa apreensão do fluxo da experiência, assim como a introdução de números irracionais simplifica as leis da Aritmética. Do

ponto de vista exclusivo do esquema conceitual da Aritmética elementar dos números racionais, a Aritmética mais ampla dos números racionais e irracionais teria o estatuto de um mito conveniente, mais simples do que a verdade literal (isto é, a Aritmética dos racionais) e que contém, no entanto, a verdade literal como uma parte dispersa. De maneira similar, do ponto de vista fenomenalista, o esquema conceitual dos objetos físicos é um mito conveniente, mais simples do que a verdade literal e que contém, no entanto, a verdade literal como uma parte dispersa.¹²

E quanto, por sua vez, a classes ou atributos dos objetos físicos? Uma ontologia platonista desse tipo é, do ponto de vista de um esquema conceitual estritamente fisicalista, um mito, tanto quanto o próprio esquema conceitual fisicalista é um mito para o fenomenalismo. Esse mito mais elevado, por sua vez, é bom e conveniente, na medida em que simplifica nossa concepção da Física. Como a Matemática é parte desse mito mais elevado, a utilidade desse mito para a ciência física é suficientemente evidente. Falando dele, entretanto, como um mito, ecoo aquela filosofia da Matemática a que aludi anteriormente sob o nome de formalismo. Mas uma atitude formalista poderia, com o mesmo direito, ser adotada em relação ao esquema conceitual físico, por sua vez, pelo puro esteta ou fenomenalista.

A analogia entre o mito da Matemática e o mito da Física é, em alguns aspectos adicionais e talvez fortuitos, surpreendentemente estreita. Considere, por exemplo, a crise causada nos fundamentos da Matemática, na virada do século XIX para o século XX, pela descoberta do paradoxo de Russell e por outras antinomias da teoria dos conjuntos.

¹² A analogia matemática deve-se a Frank (1949), p.108 et seq.

Essas contradições tinham de ser remediadas por artifícios não intuitivos e *ad hoc*;¹³ nossa produção matemática de mitos tornou-se deliberada e evidente a todos. Mas e quanto à Física? Uma antinomia surgiu entre a explicação ondulatória e a teoria corpuscular da luz; e se isso não era exatamente uma contradição, como o paradoxo de Russell, suspeito que a razão é que a Física não é tão exata quanto a Matemática. Mais uma vez, a segunda grande crise moderna nos fundamentos da Matemática – causada em 1931 pela prova de Gödel (1931) de que inevitavelmente há enunciados na Aritmética que não se podem decidir – tem seu correspondente na Física no princípio de indeterminação de Heisenberg.

Em páginas anteriores, tentei mostrar que alguns argumentos comuns a favor de certas ontologias são falaciosos. Em seguida, introduzi um padrão explícito por meio do qual se determina quais os compromissos ontológicos de uma teoria. Mas a questão de qual ontologia efetivamente adotar ainda fica em aberto, e o conselho óbvio é tolerância e espírito experimental. Vejamos com todos os meios como o esquema conceitual fiscalista pode ser reduzido a um fenomenalista; ainda assim, a Física exige ser levada adiante, irreduzível *in toto* que seja. Vejamos como, ou em que medida, a ciência natural pode se tornar independente da Matemática platônica; mas levemos também a Matemática adiante e investiguemos seus fundamentos platônicos.

Dentre os vários esquemas conceituais mais apropriados a esses vários propósitos, um – o fenomenalista – reivindica prioridade ontológica. Visto de dentro, o esquema conceitual fenomenalista, as ontologias dos objetos físicos e dos objetos matemáticos são mitos. A qualidade de mito, no entanto, é

¹³ Ver adiante, p.130 et seq., 138 et seq., 171 et seq.

relativa; relativa, nesse caso, ao ponto de vista epistemológico. Esse ponto de vista é um dentre vários, correspondendo a um dentre vários de nossos interesses e propósitos.